

## ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

### **Substituição Tributária. Protocolos firmados entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo para diversos setores**

Foram firmados os Protocolos ICMS de n.ºs. 27 a 40, disciplinando o regime jurídico da substituição tributária do imposto nas operações interestaduais realizadas entre os referidos Estados. [Detalhes na pág. 01](#)

### **Substituição Tributária. Alterações**

Confira os setores abrangidos pelas Portarias CAT n.ºs 108 a 121, 125, 126, 128, 129, 131, 132 e 133, publicadas no período entre 27 de junho a 02 de julho de 2009. [Detalhes na pág. 01](#)

## ARTIGOS

### **Protocolo de Kyoto e o Aquecimento Global**

Com a finalidade da redução de emissões dos gases que provocam o efeito estufa, em 1997 foi adotado, na Terceira Sessão da Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP3), o Protocolo de Kyoto. [Confira na pág. 01](#)

## ESTUDOS

### **Plano Especial de Recuperação Judicial para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte**

A recuperação judicial tem como primado a viabilização das empresas para a superação da crise enfrentada pelo empresário devedor. [Detalhes na pág. 02](#)

## NOTÍCIAS

Acesse um resumo das principais notícias publicadas nos jornais de grande circulação nacional. [Confira na pág. 04](#)

## OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

### **DNF - Demonstrativo de Notas Fiscais**

Entenda um pouco mais sobre as obrigações tributárias acessórias existentes nas esferas Federal, Estadual e Municipal. [Saiba mais na pág. 07](#)

## JURISPRUDÊNCIA

**Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça.** [Saiba mais na pág. 08](#)

Acesse o nosso link “jurídico” no site da FIESP e confira a análise completa acerca de diversos temas, além dos materiais das últimas reuniões dos Grupos de Estudos, bem como as cartilhas da Substituição Tributária e SPED atualizadas.

## ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

### **Substituição Tributária. Protocolos firmados entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo para diversos setores**

Em reunião realizada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na data de 05 de junho do ano corrente, foram firmados os Protocolos ICMS de n.ºs. 27 a 40, disciplinando o regime jurídico da substituição tributária do imposto nas operações interestaduais realizadas entre os referidos Estados, com as mercadorias relacionadas nos Anexos Únicos destes dispositivos, especificamente para os setores abaixo colacionados:

- a) Ferramentas;
- b) Produtos Alimentícios;
- c) Bicicletas;
- d) Colchoaria;
- e) Produtos Eletrônicos, Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos;

- f) Materiais de Construção, Acabamento, Bricolagem e Adorno;
- g) Materiais de Limpeza;
- h) Artefatos de uso Doméstico;
- i) Brinquedos;
- j) Cosméticos, Perfumaria, artigos de Higiene Pessoal e de Tóxicos;
- k) Produtos Farmacêuticos, Soros e Vacinas de uso humano;
- l) Instrumentos Musicais;
- m) Materiais Elétricos; e
- n) Artigos de Papelaria.

Os supracitados Protocolos entraram em vigor na data de sua publicação, ou seja, 1º de julho de 2009, e passam a produzir efeitos a partir de 1º de agosto de 2009.

### **Substituição Tributária - Alterações**

Foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no período entre 27 de junho a 02 de julho do ano corrente, as Portarias CAT n.ºs 108 a 121, 125, 126, 128, 129, 131, 132 e 133, alterando dispositivos que disciplinam a sistemática do regime de substituição tributária do ICMS, no tocante ao cumprimento de obrigações principais e acessórias relativas ao recolhimento de estoque, divulgação de valores atualizados da base de cálculo (conforme pesquisas elaboradas pela FIPE), bem como a prorrogação do prazo das mercadorias contempladas pelo referido regime dos seguintes setores abaixo colacionados:

- Bebidas;
- Medicamentos;
- Instrumentos Musicais;
- Colchoaria;

- Bicicletas (partes e seus acessórios);
- Lâmpadas Elétricas;
- Pilhas e Baterias novas;
- Produtos de Limpeza;
- Papelaria; Brinquedos;
- Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal;
- Ração para Animais Domésticos (tipo “pet”);
- Materiais Elétricos;
- Ferramentas e Congêneres;
- Produtos da Indústria Alimentícia;
- Máquinas e Aparelhos (elétricos, eletromecânicos e automáticos).

Caso haja interesse em visualizar o inteiro teor das respectivas Portarias, acesse o site da FIESP ([www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)), clicando em *Jurídico “Alterações Legislativas”*.

## ARTIGO

### **PROTOCOLO DE KYOTO E O AQUECIMENTO GLOBAL**

Realizada em dezembro de 1997, em Kyoto, no Japão, a Terceira Sessão da Conferência das Partes sobre Mudança do

Clima (COP3) adotou, por consenso, o Protocolo de Kyoto, com a finalidade da redução de emissões dos gases que

provocam o efeito estufa, tendo sido aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 144/2002 e pelo Decreto Federal nº 5.445/2005, estando em vigor desde 16 de fevereiro de 2005.

Na realidade, o Protocolo de Kyoto inovou ao possibilitar a utilização de mecanismos de mercado para que seus aderentes, as Partes do Anexo I (países desenvolvidos e países com economia em transição, poluidores), possam atingir os fins de redução de gases de efeito estufa em, pelo menos, 5% abaixo dos níveis de 1990, que são basicamente três: (i) implementação, entre as Partes do Anexo I, da transferência ou aquisição de unidades de redução de emissões resultantes de projetos visando a redução de emissões antrópicas por fontes ou o aumento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa em qualquer setor da economia (art. 6º), (ii) mecanismo de desenvolvimento limpo (art. 12) e (iii) comércio de emissões (art. 17).

Por não integrar as Partes do Anexo I, o mecanismo que diretamente interessa ao Brasil é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), fruto de uma proposta brasileira, que representa um instrumento de flexibilização econômica, cujo objetivo é o de assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável, pelo fornecimento de capital pelos países desenvolvidos para o financiamento de projetos à redução de gases de efeito estufa, e contribuam ao objetivo final do Protocolo de Kyoto, qual seja, o de assistir às Partes do Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões. Contudo, por várias razões, em países como o Brasil, este instrumento tem revelado resultado muito abaixo do esperado, principalmente diante da controvertida natureza jurídica dos Certificados de Emissões Reduzidas (CERs), os chamados créditos de carbono, e a questão da tributação sobre as receitas advindas destes créditos. Para

especialistas, as metas instituídas pelo Protocolo de Kyoto representam pouco no combate ao aquecimento global, sem dizer que a falta de adesão de países desenvolvidos e considerados grandes poluidores enfraquece muito a utilidade do Protocolo de Kyoto.

A Conferência das Nações Unidas para a Mudança do Clima de Copenhague, que ocorrerá na Dinamarca, conduzida pela Organização das Nações Unidas, pretende discutir novo acordo de redução das emissões de gases causadores de efeito estufa em razão do término da validade do Protocolo de Kyoto em 2012, ocasião em que se pretende discutir (i) a criação de uma taxa sobre as emissões de CO<sub>2</sub> de países ricos, (ii) metas de redução de emissões para países em desenvolvimento e (iii) a inclusão de preservação de florestas no acordo. Neste ano, em Bonn, na Alemanha, foi realizada a primeira rodada de conversações sobre os novos termos do Protocolo de Kyoto. Na Tailândia, representantes de 190 países reuniram-se em Bangcoc para negociar as novas bases do acordo que deve substituir este Protocolo. Uma das preocupações com o ritmo do aquecimento global é o rápido derretimento das geleiras e a elevação do nível do mar, segundo informações da Organização das Nações Unidas.

O que se busca, ao final, são a proteção e a preservação ambiental no combate ao acelerado aquecimento global, paralelamente ao desenvolvimento econômico, finalidade essa resultante de longa e constante discussão ao aperfeiçoamento das medidas que vêm sendo implementadas pelo Protocolo de Kyoto, necessárias à conservação da vida e do planeta.

**Cristiane Barbuglio**  
Advogada – DEJUR/FIESP

## ESTUDO

### **PLANO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA AS MICROEMPRESAS (ME) E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**



## **I – Considerações Gerais.**

Em extensão ao Estudo sobre Recuperação Judicial de Empresas, publicado em nosso Boletim em março de 2009, Edição nº 05, não poderíamos deixar de citar os aspectos pontuais acerca do plano “especial” para recuperação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, matéria tratada nos artigos 70 a 73 da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

Como conceituamos anteriormente, a recuperação judicial de empresas tem como primado a viabilização para a superação da crise enfrentada pelo empresário devedor (que está exposto eminentemente aos riscos da falência), a fim de manter o emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores e objetivando, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

## **II - Aspectos Constitucionais.**

A Constituição Federal de 1988 trouxe inovações à ordem econômica e financeira ao consagrar os princípios norteadores do direito, homenageando, dentre eles, o enumerado no inciso IX do artigo 170 da Carta Magna, que possibilitou o tratamento favorecido e diferenciado para as empresas de pequeno porte e microempresas devidamente constituídas no território nacional.

Note-se que os primeiros reflexos isonômicos repercutiram na esfera tributária, pois, com o advento da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2009, foi introduzido ao inciso III, do artigo 146 da Constituição a alínea “d” e o parágrafo único, de forma que competiria ao Poder Público instituir regimes especiais e simplificados para o recolhimento e cumprimento das obrigações acessórias de impostos e contribuições, posteriormente regulamentado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL.

Nos termos dos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, considera-se, para fins legais, Microempresa, a pessoa jurídica (empresário ou sociedade empresária - artigo 966 do Código Civil de 2002), que tenha auferido no exercício financeiro anterior receita bruta não superior à R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); e, Empresa de Pequeno Porte, a pessoa jurídica (empresário ou sociedade empresária – artigo 966 do Código Civil de 2002), que tenha auferido no exercício financeiro anterior receita bruta superior à R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Para tais empresas foi implementado o Plano Especial de Recuperação Judicial, adiante resumido.

## **III – Recuperação Judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. “O Plano Especial”.**

Para fazer “jus” ao regime específico ou especial de recuperação judicial tratado pela legislação é imprescindível que o empresário ou a sociedade empresária esteja enquadrado no quanto disposto nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, combinados com o artigo 1º e 70 ao 73, todos da Lei nº 11.101/05, sendo, pois, reconhecido como microempresário ou empresário de pequeno porte.

a) Condições para a admissibilidade do pedido e processamento.

Feitas as considerações acima expostas, para que o pedido (petição dirigida ao Poder Judiciário) seja deferido e processado pelo juízo competente, o postulante (microempresário ou empresário de pequeno porte) sujeitar-se-á às mesmas exigências estabelecidas no artigo 51 da Lei nº 11.101/05, nos seguintes parâmetros: (inciso I) exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira; (inciso III) relação nominal completa dos credores e condições estabelecidas quanto ao endereço, valores das dívidas corrigidas e outras indicações; (inciso IV) relação integral de todos os colaboradores da empresa, funções, proventos de suas remunerações, indenizações, pendências etc; (inciso V) certidão comprovando a regularização da empresa como o ato constitutivo, regulamentos,

regimentos junto ao Registro Público de Empresas; (inciso VI) relação patrimonial dos sócios controladores e dos administradores da empresa; (inciso VII) extrato das contas bancárias, aplicações financeiras e investimentos, todos demonstrados por documentos das respectivas instituições; (inciso VIII) certidões dos cartórios de protesto instalados na circunscrição do domicílio do postulante; e (inciso IX) relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados. Frisamos aqui, que de uma forma simplificada e diferente das comprovações das empresas ou sociedades empresárias não equiparadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (incisos I e II, do artigo 3º da LC 123/06), as demonstrações contábeis relativas aos últimos três exercícios sociais, de que trata o inciso II do artigo 51 da lei em comento, poderão ser apresentadas na forma de livros e escrituração contábil, estes de maneira simplificada na forma da legislação específica, ou seja, do referido § 2º do artigo 51.

Diferentemente dos outros pedidos de Recuperação Judicial, os beneficiados pelo Plano Especial, desde que atendidos todos os requisitos e o reconhecimento do juízo competente para recuperação de sua empresa, independem, para sua deliberação, da convocação da assembléia-geral de credores, conforme o disposto no artigo 72 “caput”, da Lei em tela.

#### **b) Das formas de pagamento no plano especial de recuperação.**

Estando em termos e deferido o pedido para a recuperação judicial, o beneficiado (microempresário ou empresário de pequeno porte), obrigatoriamente apresentará seu plano de recuperação ao juízo consoante disposto no artigo 53 da referida Lei, no prazo não excedente a 60 (sessenta) dias da data de publicação do despacho judicial, sob pena de convalidação (conversão) do pedido de recuperação judicial em falência, obedecendo às seguintes condições (incisos I ao IV, do artigo 71): (i) abrangerá os créditos quirografários, salvo especificações em lei; (ii) o prazo para parcelamento não superior a 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com correção monetária de 12% ao ano; e (iii) prazo para o pagamento da primeira parcela não excederá a 180 (cento e oitenta dias), observados estes desde a distribuição da propositura da ação.

#### **IV - Conclusão. Importantes observações.**

Não serão objeto do Plano de Recuperação Especial apresentado pelo autor, na forma do artigo 71 e incisos da Lei 11.101/05, os débitos derivados de ações trabalhistas ou decorrentes de acidentes do trabalho, vencidos até a data do pedido em comento.

Tal dispositivo é aplicável para todas as modalidades de Recuperação Judicial (artigo 54) e, se o valor do débito não ultrapassar a quantia de 5 (cinco) salários mínimos, tratando-se de créditos estritamente de caráter salarial vencidos há três meses anteriores ao pedido da recuperação, deverão serem pagos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme exigência do parágrafo único, do seu artigo 54.

**Thiago Rodrigues**  
DEJUR/FIESP

### **NOTÍCIAS**

#### **Governo decide prorrogar corte de IPI por até seis meses**

O governo decidiu prorrogar todas as reduções de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que vêm beneficiando as vendas de veículos, aparelhos domésticos da linha branca e materiais de construção. Geladeiras,

lavadoras, tanquinhos e fogões terão carga tributária menor por mais três meses, até 31 de outubro. Caminhões e materiais de construção ganharam mais seis meses de alívio e os veículos leves continuam na situação atual até outubro, quando começa a volta gradual, até janeiro, das alíquotas que vigoravam em 2008. A desoneração das contribuições PIS e Cofins para trigo,

farinha de trigo e pão francês fica até 31 de dezembro de 2010.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, calculou que, no segundo semestre, a renúncia fiscal dessas reduções de tributos para estimular a economia será de R\$ 3,34 bilhões, incluindo a nova lista de 17 bens de capital (70 códigos do IPI) que tiveram a alíquota de IPI zerada. A maior perda de arrecadação nos seis meses é relativa ao IPI dos automóveis, estimada em R\$ 1,4 bilhão. Em seguida, vêm construção civil (R\$ 685,87 milhões), bens de capital (R\$ 414,11 milhões), caminhões (R\$ 387,58 milhões), linha branca (R\$ 202,80 milhões), trigo/farinha/pão (R\$ 192 milhões) e motos/Cofins (R\$ 53,58 milhões).

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, explicou que o governo atendeu ao pedido dos empresários e incluiu os vergalhões de cobre na lista dos materiais de construção que tiveram a redução do IPI prorrogada por seis meses, até 31 de dezembro. Esse item tinha carga de 5%, mas as empresas acumulavam créditos que não podiam ser compensados, porque o restante da cadeia já não pagava IPI.

Barbosa e Mantega criticaram alguns Estados que iniciaram a cobrança do ICMS no regime da substituição tributária ao mesmo tempo em que o governo federal procurava, no sentido oposto, reduzir impostos. Isso teria, segundo eles, neutralizado parte dos efeitos pretendidos e até impedido que os preços finais fossem reduzidos na mesma proporção da desoneração. "A substituição tributária é correta, inibe a sonegação, mas o

### **Governo de São Paulo publica Lei do lixo eletrônico com vetos**

O Governador José Serra, atendendo representações da ABINEE, vetou parcialmente o PL 33/2008, que institui normas e procedimentos para reciclagem e destinação de lixo tecnológico no Estado de São Paulo. O veto, bem como a Lei 13.576, de 6 de julho de 2009, foram publicados nesta terça-feira (7) no Diário Oficial do Estado.

**Fonte:** ABINEE – 07.07.09

momento é errado", afirmou Mantega, informando que vai procurar argumentar com os governadores. O principal Estado a adotar medidas de substituição tributária este ano é São Paulo, governado por José Serra (PSDB).

O retorno gradual às alíquotas do IPI que vigoravam para os automóveis antes da crise vai começar em outubro. Os carros com motores 1.0 estão desde janeiro sem IPI, mas a partir de outubro terão 1,5%. Em novembro, a alíquota será 3%, em dezembro vai a 5%, até que, em janeiro, passe a valer a alíquota de 7% novamente. Para os automóveis com motores flex entre 1.0 e 2.0 (estão com metade da alíquota de 11%), a escalada será de 6,5% (outubro), 7,5% (novembro), 9% (dezembro) e 11% (janeiro).

Nas apresentações das medidas, a Fazenda usou dados do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mostrar que ocorreram reduções de preços ao consumidor dos produtos da linha branca e da construção. Em fogões, os preços subiram 0,42% em abril e caíram 1,11% em maio; em refrigeradores, houve queda nos dois meses: 2,17% em abril e 2,89% em maio, movimento idêntico ao de máquinas de lavar roupa, com menos 1,88% em abril, e menos 4,51% em maio. Nos itens de construção civil, o IPCA registrou queda de 0,33% em abril e 0,71% em maio.

**Fonte:** Valor Econômico 30.06.09

### **Norma de novo parcelamento deve sair esta semana**

A regulamentação da Lei nº 11.941, de 2009, que instituiu o "Refis da Crise" deve ser publicada nos próximos dias.

A expectativa gerada com relação à regulamentação conjunta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Receita Federal do chamado "Refis da crise", previsto pela Lei nº 11.941, de maio deste ano, tem prazo para acabar: esta semana. A PGFN já adiantou que está



trabalhando para editar o texto final nesse prazo, mas que depende de últimos acertos com a Receita. A Receita também afirma estar em processo de finalização, mas não fixou uma data para concluir o texto da regulamentação. A Lei nº 11.941 criou um dos parcelamentos mais generosos dos últimos anos. A redução do débito tributário consolidado pode passar de 50%, além de prever reduções de multas e juros. No caso dos pagamentos à vista, por exemplo, há uma diminuição de 100% na multa de mora ou de ofício e de 45% nos juros de mora.

Por conta dos inúmeros benefícios, há empresas que já obtiveram na Justiça o direito de antecipar os efeitos do parcelamento. É a primeira vez que elas tentam esse tipo de medida em um programa de parcelamento - e a Justiça tem concedido liminares. A Canguru Indústria e Comércio de Produtos Plásticos, inscrita em dívida ativa por um débito de R\$ 17 milhões, conseguiu uma liminar para depositar em juízo os valores da primeira parcela ao alegar que deve aderir ao programa e pagar a dívida em 180 vezes. Uma instituição financeira de São Paulo e o Hospital Santa Tereza de Guarapuava, no Paraná, também obtiveram liminares. O banco reduziu sua dívida de R\$ 17 milhões para R\$ 10 milhões porque pagará o débito à vista. Já o hospital impediu que sua sede fosse leiloada. A juíza suspendeu a execução por 90 dias, ao considerar que a norma sairá no máximo em 60 dias.

**Fonte:** Valor – 06/07/2009

### **Escrituração digital tem adesão de 90% no prazo**

7.154 empresas encaminharam seus arquivos do SPED Contábil até 30 de junho do corrente ano.

O prazo para as empresas sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado em 2008 e optantes pelo lucro real entregarem a escrituração contábil digital - com o uso do chamado Sped Contábil - terminou no dia 30 de junho. Porém, nem todas enviaram as informações em tempo, segundo dados da Receita Federal. Faltaram os dados de cerca de 10% das empresas, que estavam

obrigadas, mas não encaminharam a escrituração. Foram recebidos arquivos de 7.154 contribuintes obrigados a aderir ao sistema neste ano.

O Sped Contábil pode ser definido como a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes no formato digital.

Ele é um dos três pilares do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), criado em janeiro de 2007 - que também conta com o Sped Fiscal e a Nota Fiscal Eletrônica - para tornar virtual toda a escrituração fiscal e contábil das empresas e interligar as três esferas fiscais da administração pública.

As empresas submetidas ao Sped Fiscal que ainda não entregaram a escrituração devem fazê-lo o mais rápido possível, segundo José Valério Medeiros, consultor tributário do escritório Gasparino, Fabro, Roman e Sachet Advocacia. Isso porque a multa para essas situações corresponde a R\$ 5 mil por mês de atraso, como prevê o artigo 10º da Instrução Normativa nº 787, de 19 de novembro de 2007, da Receita Federal. No entanto, ele acredita que o fisco deverá ser um pouco mais compreensivo ao aplicar as multas e deverá passar a notificar as empresas em atraso para que elas regularizem a situação, antes que haja a cobrança do encargo.

As empresas que constatarem erros na escrituração, após a transmissão do arquivo, ainda têm tempo de corrigi-los, desde que o façam rapidamente, segundo Julio Abreu, sócio da consultoria e auditoria De Biasi. O programa não admite a retificação do arquivo, mas Abreu afirma que o contribuinte pode modificá-lo se procurar a junta comercial antes que tenha ocorrido a autenticação dos dados. Isso porque a Receita, ao receber a escrituração, envia a documentação para a junta comercial responsável. Nesse caso, é possível solicitar no órgão que o livro contábil seja colocado em exigência - ou seja, seja suspenso por haver falhas - para que se possa fazer um novo requerimento com os dados corrigidos.

**Fonte:** Valor – 08.07.09

## OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

### DNF - Demonstrativo de Notas Fiscais

**Base legal: Instrução Normativa SRF nº 445/2005** - Aprova o programa gerador do Demonstrativo de Notas Fiscais (DNF), versão 2.0, define regras para a sua apresentação e dá outras providências; **Instrução Normativa SRF nº 516/2005** - Dispõe sobre o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores e os importadores de biodiesel, e dá outras providências.

**Obrigatoriedade:** Estão obrigadas à apresentação do DNF as pessoas jurídicas que possuem estabelecimentos: I) Fabricantes, Distribuidores Atacadistas ou Importadores dos Produtos do Anexo I e II) Fabricantes ou Importadores dos Produtos do Anexo II.

A apresentação do DNF deverá ser efetuada pelo estabelecimento matriz, que prestará informações de seus estabelecimentos, independentemente de ter havido ou não movimentação dos produtos relacionados nos Anexos I e II.

**Nota:** para acessar os Anexos I e II, confira a versão completa do presente trabalho em nosso site <http://www.fiesp.com.br/sindical-juridica/declaracoes.aspx>

**Forma de apresentação:** O DNF será apurado mensalmente e deverá ser entregue à Receita Federal do Brasil até o último dia útil do mês subsequente ao da referência, através da utilização do programa ReceitaNet.

A versão 2.0 superior deverá ser utilizada para fatos geradores a partir de setembro de 2004. A versão release 2.0.3 acrescentou um produto na tabela do Anexo II, o biodiesel. Os fabricantes e importadores de biodiesel estarão obrigados a apresentar o DNF a partir do mês de referência da obtenção do registro especial (de fabricante e/ou importador).

A versão 1.3.1 deverá ser utilizada para fatos geradores ocorridos de setembro de 2003 até agosto de 2004 (demonstrativos originais ou retificadores).

A versão 1.2 deverá ser utilizada para fatos geradores ocorridos de janeiro de 2001 até agosto de 2003 (demonstrativos originais ou retificadores).

#### Procedimentos para transmissão:

- 1- Gravar o Demonstrativo no meio desejado: disquete ou disco rígido;
- 2- Efetuar a instalação do programa Receitanet;
- 3- Para transmitir, utilizar a opção "Transmitir", no Menu "Demonstrativo" do programa DNF.

**Penalidades:** A pessoa jurídica que deixar de apresentar o DNF nos prazos fixados, ou que apresentá-lo com incorreções ou omissões, será intimada a apresentar o demonstrativo original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal, e sujeitar-se-á às seguintes multas: I. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário, no caso de falta de entrega do demonstrativo ou de entrega após o prazo; II. cinco por cento, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor das transações comerciais, próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação aos quais seja responsável tributário, no caso de informação omitida, inexata ou incompleta.

**Observações:** 1) Na hipótese de pessoa jurídica optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), os valores e o percentual referido neste artigo serão reduzidos em setenta por cento; 2) para aplicação da multa de que trata o inciso I, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega do demonstrativo e, como termo final, a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, da lavratura do auto de infração; 3) o disposto neste tópico não prejudica outras multas ou penalidades que venham a ser instituídas por ato legal competente.



## JURISPRUDÊNCIA

### Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), em seu artigo 43, parágrafo 2º, determina que “a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele”, ou seja, a legislação consumerista, no intuito de proteger a parte hipossuficiente – o consumidor -, objetivou comunicá-lo da mora para propiciar-lhe o acesso às informações e preveni-lo de futuros danos. Deste modo, um dos entendimentos que vinha sendo adotado pelo Superior Tribunal de Justiça era no sentido de que, para a inscrição do nome de pessoa como inadimplente nos cadastros de serviços de proteção ao crédito, é imprescindível prévia comunicação escrita ao consumidor, cuja ausência é suficiente para caracterização do dano moral, passível de ressarcimento por ação indenizatória, ainda que a dívida seja realmente constituída. A exigência prevista no Código de Defesa do Consumidor visa prevenir que o consumidor tenha futuros constrangimentos em decorrência da falta de comunicação por parte do banco de dados ou dos serviços de proteção ao crédito e congêneres.

Ocorre que, diante dos distintos posicionamentos adotados em nossos Tribunais acerca da polêmica discussão

sobre o cabimento de danos morais indenizatórios em decorrência do descumprimento da prévia notificação ao consumidor inadimplente por parte destas entidades públicas, de que trata o preceito disposto no Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista o cometimento de condutas reiteradas de inadimplência por esses consumidores, ou seja, diante da preexistência de cadastros anteriores por inadimplência, tais situações configurariam, ou não, o dano e ensejariam, ou não, o direito à indenização, resolveu a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça – STJ editar a Súmula nº 385, firmando o seguinte entendimento: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Em síntese, a referida Súmula pacificou o entendimento no sentido de que não é cabível a indenização por danos morais ao consumidor sob a alegação de lesão, constrangimento ou humilhação, pela inscrição irregular diante da falta de comunicação dos órgãos de proteção ao crédito quando, ao tempo, já preexistiam cadastros anteriores por inadimplência, pois não seria coerente presumir que a situação não lhe era incomum, embora resguardado o direito ao cancelamento de seu cadastro irregular, como retratado em um dos precedentes pelo Ministro Ari Pargendler.

**Conexão Jurídica é uma publicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)**

Av. Paulista, 1313 – 5º andar – Cep 01311-923

**Diretor Titular do Departamento Jurídico da FIESP:** Helcio Honda

**Diretor Titular do Departamento Jurídico do CIESP:** Susy Gomes Hoffmann

**Gerente:** Maria Concepción M. Cabredo

**Equipe Técnica:** Reginaldo de Andrade, Cristiane A. M. Barbuglio, Maria Luciana Manino Aued, Patrizia T. S. Coelho, Rodrigo Bressa de Oliveira, Ana Cristina Fischer Dell’Oso, Thiago S. F. Rodrigues, Adriana Roder, Izabel Cristina Francisco, Ivany F. F. Furtado e Wanessa Portugal Romano

**Comentários e sugestões:** E-mail: [cdejur@fiesp.org.br](mailto:cdejur@fiesp.org.br)